

02/05/2018 16:05 - Audiência Pública vai discutir a concessão do transporte coletivo em Porto Velho



A Prefeitura de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes (Semtran), promove no dia 09 de maio, a partir das 9h, Audiência Pública para a apresentação do projeto básico e as diretrizes do edital de Concessão do Transporte Coletivo do Município. O evento vai ocorrer no Teatro Banzeiros (Rua José do Patrocínio, 110, Centro).

Segundo o secretário da Semtran, Carlos Henrique da Costa, a audiência ocorre em cumprimento ao Art. 39 da Lei Federal nº 8.666/93. “Esperamos a presença da população, inclusive da sociedade civil organizada e das instituições públicas para que juntos possamos tomar decisões importantes quanto ao transporte coletivo em nossa cidade”, destaca.

Tarifa

Costa lembra que nos próximos dias será lançado o hot site onde os internautas poderão participar de uma pesquisa opinativa para elaboração do edital.

Serviço

Após o lançamento do edital, as empresas interessadas em participar do certame poderão procurar a Superintendência Municipal de Licitações (SML) localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 2776, (2º Andar), Bairro São Cristóvão ou pelo telefone (69)3901-3069. Outra opção é acompanhar o [site da SML](#) para obter informações sobre a abertura do processo.

Abertura

O Município de Porto Velho deu início ao processo licitatório para a contratação de empresas para atuação no serviço de transporte coletivo urbano na capital. O processo de licitação foi aberto em março e o edital deve sair no final de maio.

Com o final da licitação, o novo sistema deve começar a atender a população até dezembro deste ano. “O Consórcio SIM também poderá participar, desde que se ajuste às especificidades do processo licitatório”, salientou Carlos Henrique, acrescentando que a licitação deve resultar em melhorias reais na prestação do serviço de transporte coletivo, uma vez que as empresas concorrentes devem apresentar garantias de qualidade, tanto na logística quanto tecnológicas.

O secretário espera que ao menos duas empresas ganhem a licitação, para evitar monopólio.

Questionado sobre o contrato emergencial com o consórcio SIM, que tem dois anos, o secretário de trânsito diz que esse prazo é normal, uma vez que, segundo ele, não envolve pagamento da Prefeitura à empresa. “O contrato com o consórcio SIM é um termo de autorização precária emergencial e poderia sim ser prorrogado”, afirmou.

Fonte: PMPV